

***CTAs são responsáveis por apurar os investimentos da FUNCEF sob investigação***

As Comissões Técnicas de Apuração (CTAs) da FUNCEF receberam visita dos membros do Conselho Deliberativo (CD), na manhã desta sexta-feira (02/3), na sede da Fundação em Brasília (DF). No encontro, o presidente do Conselho, Joaquim Lima, destacou que a expectativa com esse trabalho é obter informações consistentes e veracidade dos dados para que a Fundação possa buscar ressarcimento.

As comissões técnicas foram formadas para apurar os investimentos da FUNCEF sob investigação da operação Greenfield da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Na visita aos membros do grupo, o presidente da FUNCEF, Carlos Vieira, enfatizou a importância do trabalho feito pelas CTAs e disse que a iniciativa tem sido reconhecida por outras fundações e, inclusive, pela Previc. “A Fundação inverteu a curva de resultado no ano de 2017. Ressalto que a contribuição das áreas do Jurídico e da Auditoria foram fundamentais nesta construção de resultado, o que será comprovado com a divulgação do Balanço de 2017”, enfatiza.

Joaquim Lima igualmente enfatizou que o trabalho das Comissões está aparecendo. Aos membros das CTAs, ressaltou: “A qualidade do trabalho de vocês nos dá condições de buscar reparação, de entrar com ações judiciais, além de garantir transparência aos participantes. É um trabalho de excelência que vai ficar registrado na história da Fundação”.

Já para o Gerente da Auditoria da FUNCEF, Elíbio Estrela, este é um dos trabalhos mais importantes que a Fundação executa. “Estamos em meio a uma investigação, com mais de R\$ 4,5 bilhões, em valores nominais, envolvidos, correndo contra o tempo.”

Greenfield - Toda a documentação produzida pelas Comissões de Apuração é encaminhada diretamente à força-tarefa da Operação Greenfield. No ano passado, a Fundação foi aceita pelo MPF como assistente de acusação nos processos ligados à Operação Greenfield. Em outras palavras, a FUNCEF pode apresentar informações e documentos aos procuradores da República que ajudem a sustentar as acusações feitas contra réus nesses processos. A iniciativa também abre caminho para a Fundação reconstruir a sua imagem perante participantes e sociedade e buscar judicialmente o ressarcimento das perdas financeiras.

**Fonte:** FUNCEF, em 02.03.2018.